

**ITALIANOS EM RIBEIRÃO PRETO-SP: Família e nupcialidade (1890-1900).** Rosana Aparecida Cintra. Doutoranda em História pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Franca.

A temática da imigração vem despertando nos historiadores reflexões acerca do imigrante nos seus diferentes espaços de ação, na família, nas relações matrimoniais, na etnicidade e integração de diferentes grupos étnicos na sociedade brasileira, além da mobilidade social e econômica. A historiografia da imigração ganhou novos rumos em relação aos documentos, possibilitando a diversificação de fontes que ao serem cruzadas e analisadas enriquecem o universo de interpretação histórica.

A utilização de diferentes dados documentais nos estudos de imigração obtêm resultados que abrem caminhos para a elucidação do comportamento dos agentes sociais. Nesse sentido, este estudo está voltado para as famílias italianas que migraram para Ribeirão Preto na década de 1890 e as relações matrimoniais do grupo étnico na sociedade local. Para isso, utilizamos como fontes documentais os Livros de Matrículas de Imigrantes do Acervo do Memorial do Imigrante em São Paulo e os Atestados de Casamentos do I Cartório de Registro Civil de Ribeirão Preto.

Os livros de matrículas de imigrantes é uma documentação manuscrita, rica em informações a respeito das famílias que seguiram para as diversas regiões da cafeicultura paulista. Coletamos informações de 1.082 famílias italianas registradas nos livros e que se destinaram para Ribeirão Preto no período de 1890 a 1900, analisando os dados sobre a sua composição.<sup>1</sup> A partir desta análise buscamos enfatizar a importância de se estudar a imigração sob a óptica da família, pois nesse período a política de subsídio determinava o perfil da família imigrante a ser introduzida, sobretudo no Estado de São Paulo.

Nos atestados de casamentos apreendemos questões sobre a nupcialidade do grupo italiano a partir de 1.352 atestados que contêm informações como: origem dos cônjuges, idades, estado civil, data do casamento e outras informações. Como recurso metodológico de manipulação dos dados fez-se necessário o uso do computador para traçar as características das famílias italianas no momento de sua introdução em terras paulistas e também aspectos de sua sociabilidade a partir das relações matrimoniais estabelecidas na sociedade.

Os imigrantes em busca de integração à sociedade local buscavam nas relações matrimoniais entre compatriotas reafirmar laços de amizade, vizinhança, origem étnica, além da intensificação nas relações de trabalho, bem como nas estratégias de sobrevivência e adaptação ao meio. Consolidavam vínculos afetivos e econômicos, interesses em comum necessários para a vida desses imigrantes. Com base no regime de trabalho familiar como condição fundamental para a sobrevivência e ascensão financeira do imigrante, o casamento e as uniões familiares em terras brasileiras foram reforçados a partir da concepção da formação da família, porque somente a partir do sagrado matrimônio é que os filhos seriam bem vindos.

No exercício da política imigratória no final do século XIX, que não mediu esforços para atrair e introduzir o braço estrangeiro na lavoura cafeeira, o interior paulista recebeu um número expressivo de imigrantes, notadamente as famílias italianas. Nesse período, os italianos dominaram o cenário do processo imigratório internacional tanto do ponto de vista numérico como pela força da sua contribuição demográfica, social, econômica e cultural.

Sob o prisma da unidade familiar como requisito para a imigração subsidiada, milhares de famílias chegaram a São Paulo e tiveram como destino o interior do estado. Ribeirão Preto se destacou nessa época com a presença significativa de famílias estrangeiras, sobretudo as italianas expulsas devido a problemas internos no país de origem. A imigração subvencionada e os órgãos institucionais criados para a sistematização do processo migratório foram fundamentais para atrair, concentrar e distribuir as levas de imigrantes, que numerosos, desembarcaram no Brasil.

A população de Ribeirão Preto contava com 12.033 habitantes em 1890. No ano de 1902 esse número praticamente quintuplicou, chegando a 52.929, sendo 27.765 italianos, um percentual de 52,4%. A população urbana era de 13.236 habitantes, enquanto os moradores da zona rural constituíam-se praticamente do triplo, 39.674 distribuídos pelas diversas fazendas, chácaras, sítios e o Núcleo Colonial Antônio Prado.<sup>2</sup> Isto evidencia a atração exercida por essa região predominantemente agrária, com o desenvolvimento da agricultura cafeeira.

O café foi o principal produto nesse período que favoreceu o enriquecimento de muitos fazendeiros e sitiantes, proporcionando o trabalho para essas famílias que traziam consigo sonhos, ideais, força de trabalho, perspectivas de melhores conquistas e condições de vida.

Em um dos contratos firmado com a Sociedade Promotora de Imigração no ano de 1893, estava explícito o interesse pela imigração familiar, sobretudo as pessoas chamadas por parentes já estabelecidos no país. Os imigrantes subsidiados deveriam ser casais com menos de 45 anos sem filhos; casais com filhos, pelo menos com um homem em idade ativa por família; viúvo ou viúva com filhos, ou enteados, tendo um homem em condições de trabalhar. Pessoas que poderiam ser dependentes da família e assim serem subsidiados eram os pais, avós, irmãos solteiros, cunhados e sobrinhos órfãos do chefe da família. Mulheres casadas poderiam vir quando escolhidas somente se fosse para unirem-se aos seus maridos já no Brasil, enquanto que primos e parentes mais distantes não podiam ser beneficiados. Os indivíduos solteiros maiores de 15 anos e menores de 45 poderiam vir quando chamados por parentes. O privilégio era dado para aqueles que fossem chamados por pessoas já inseridas na lavoura, ou seja, pelas cartas de chamadas.<sup>3</sup>

Na legislação federal não foi diferente. A preferência era dada às famílias de agricultores, limitadas aos respectivos chefes, ou aos seus ascendentes, os indivíduos maiores de 50 anos; aos solteiros maiores de 18 anos e menores de 50 uma vez que fossem trabalhadores agrícolas. É claro que imigraram também operários, industriais, artesãos cujas idades estavam entre os limites citados acima.<sup>4</sup> A imigração subvencionada de indivíduos enfermos ou com problemas físicos somente seria possível se estes pertencessem a alguma família que tivesse pelo menos duas pessoas válidas. Percebe-se nas entrelinhas que as unidades familiares deveriam atender o mercado de trabalho na época, ou seja, a lavoura cafeeira. Sabe-se que muitos dos imigrantes vindos como agricultores, ao chegarem e se instalarem no país dedicavam-se a outras atividades.

Sob essas condições é que as famílias italianas se dirigiram para Ribeirão Preto dando início às suas vidas no país receptor. A maioria dessas famílias na década de 1890 era nuclear, composta pelo chefe, mulher e filhos; um dos cônjuges e filhos; ou somente o casal. Das 1082 famílias italianas analisadas, 884 eram nucleares, um percentual de 81,7%. Convencionou-se chamar de não-nucleares as famílias onde estavam acrescentados pai e mãe, irmãos, sogras e sogros, sobrinhos, netos, genros e noras do chefe de família, representando 18,3% do total de famílias.

No grupo das famílias nucleares, grande parte era composta pelo casal e filhos, 74,3%, enquanto aquelas formadas por um dos cônjuges e filhos representaram 8,4%. Eram viúvos, viúvas e mulheres que vinham ao encontro de seus maridos, ou também atendendo ao chamado de parentes. A maioria das famílias nucleares era composta por até 5 pessoas, um percentual de 75,3%, evidenciando que as famílias italianas na década de 1890 não eram tão numerosas, ao contrário do que se pretendia com a política imigratória subvencionada. Quanto às não nucleares predominaram aquelas formadas por até 7 elementos.

Em relação ao número de filhos, nas famílias nucleares, 56,6% possuíam até três filhos, 18% sem filhos e 25,2% com um número de quatro a oito filhos. Nas famílias não nucleares 57,1% tinham até três filhos, 19,7% sem filhos e 22,7% tinham entre quatro a oito filhos no momento de sua chegada na hospedaria de imigrantes da capital.

Verificamos que a maioria das famílias italianas era formada por trabalhadores agrícolas, 61,1%, evidenciando assim o alcance do exercício da política imigratória que priorizava o agricultor para a cafeicultura. As demais

profissões registradas representaram 1,4% com atividades diversas, entre elas: um carpinteiro, um alfaiate, um mecânico, um pescador, um tecelão e um pescador.

Ao se estabelecerem em terras brasileiras, o aspecto demográfico dessas famílias mudava com a morte, o nascimento e o casamento no grupo imigrante. Eram indivíduos em idade de casar e formar novas famílias, sendo eles jovens ou adultos, além dos casados que enviuvavam-se e que vinham fazer parte do mercado matrimonial<sup>5</sup> da sociedade local.

Os imigrantes traziam consigo hábitos, crenças e costumes peculiares à cultura de origem. Para os italianos a família e o trabalho eram primordiais para a sobrevivência e adaptação do grupo na nova sociedade. O casamento tornou-se importante para a formação, ampliação e organização familiar, possibilitando a ética do trabalho e a motivação para a ascensão social do imigrante através da sistematização do trabalho. A união entre famílias a partir do casamento foi uma forma de controlar os vínculos sociais, preservação de patrimônio e até mesmo as relações de trabalho, reafirmando laços afetivos, familiares, cooperativo e comunitários da vida social.<sup>6</sup>

O casamento, além de ser uma prática do cotidiano das famílias italianas na terra de origem, foi reforçado no novo meio como forma de contribuição para *Fazer a América*. O parceiro escolhido também deveria se enquadrar nos objetivos familiares de trabalho, imprescindíveis para a tão almejada ascensão econômica do imigrante e adaptação à sociedade local.

Com base no regime de trabalho familiar e de sociedades, a sobrevivência e sucesso do imigrante italiano dependia muitas vezes das relações estabelecidas com os demais compatriotas. As escolhas dos parceiros estavam pautadas sob o regime de aceitação ou não da família a essa nova união.

A escolha do cônjuge recaía em "gente de boa família", "gente trabalhadora", pessoas com quem mantinham vínculos de vizinhança e amizade. O casamento favorecia também a união de duas forças de trabalho. Assim, verificou-se que a endogamia no grupo italiano foi muito significativa na última década do século XIX.

A partir dos atestados de casamentos de italianos radicados em Ribeirão Preto na década de 1890, constatamos 83,6% de endogamia e 16,4% de casamentos com nubentes de outras nacionalidades. A maioria dos casamentos interétnicos foram com austríacos e brasileiros. Esse quadro expressivo de casamentos endogâmicos foi favorecido pela significativa presença de italianos na sociedade local, pelo espaço de habitação, convivência, laços de amizade e parentesco. Isto também intensificava as relações de trabalho, preservação da identidade étnica, unindo famílias e possibilitando estratégias de sobrevivência e adaptação ao novo meio. O casamento consolidava os vínculos afetivos e econômicos, interesses em comum e precisos para a vida do imigrante.

O fluxo e influxo da imigração influenciou nas relações matrimoniais endogâmicas e exogâmicas dos diversos grupos de imigrantes em diferentes momentos da imigração. A concentração maciça em certas localidades facilitou o contato, a convivência e o casamento entre nubentes da mesma origem.

A endogamia foi mais freqüente entre os homens, com 92,5% do que entre as mulheres, com 89,6% de casamentos com cônjuges do mesmo grupo étnico. Isto evidencia que os homens foram mais endogâmicos que as mulheres nesse período, ao contrário de outros estudos que comprovaram uma endogamia maior para as mulheres. SILVA (1996, p. 141) constatou que 84% das mulheres e 59,5% dos homens realizaram casamentos endogâmicos em Uberaba-MG.

O desequilíbrio entre os sexos, derivado da dinâmica demográfica da imigração, colocava em alguns momentos mais homens e em outros mais mulheres em idade de casar no mercado matrimonial. Esta dinâmica populacional é um dos fatores responsável por esse quadro.

A homogamia étnica estava relacionada diretamente à questão cultural, mas também ao fluxo migratório do grupo étnico e espaço de habitação que os colocava em contatos diretos, tanto no ambiente de trabalho, como nas

reuniões familiares e comemorações. Relações que estavam reduzidas ao interior da fazenda, do Núcleo Colonial e até mesmo na cidade. O casamento entre famílias conhecidas era comum, estreitando os laços de vizinhança, de trabalho, amizade, etc.

Examinando os 222 casamentos não-endogâmicos, observamos que em 91 casos o contraente italiano era do sexo masculino e em 131 deles o contraente era do sexo feminino. As parceiras escolhidas pelos homens foram: 40 austríacas, 35 brasileiras, cinco espanholas, cinco portuguesas, uma africana e uma sueca. Já os parceiros das italianas foram: 52 brasileiros, 41 austríacos, 24 portugueses, 6 espanhóis, um alemão, dois franceses, dois suíços, um africano e dois turcos.

Além de se pensar o casamento como formação da família, da reprodução, da dinâmica do trabalho, deve-se ressaltar que esta união significava para o imigrante a busca pela superação das condições de vida no encontro com o novo. Isto fica claro quando alguns estudiosos, constataram que os imigrantes, além de casarem-se mais cedo, casavam-se com mais intensidade em terras brasileiras. Estes estudos comprovaram que no Brasil a nupcialidade dos italianos deu-se precocemente em relação à terra de origem, casando-se em torno de três a cinco anos mais jovens.

RETAROLLI *apud* BASSANEZI (1986, p. 277) mostra em seu estudo que no ano de 1901 na Itália, a média de idade de casamento era de 27,7 para os homens e 24,1 para as mulheres. Esses números quando comparados com os resultados desta pesquisa, elucidam uma transformação na prática matrimonial do imigrante italiano em terras brasileiras, indicando além de outros fatores, a adaptação aos costumes locais e preservação do grupo étnico na sociedade receptora.

Em Ribeirão Preto verificamos que de 1261 italianas, 59,1% casaram-se antes dos 19 anos, ainda muito jovens, 30,9% entre 20-24 anos. Já os homens, do total de 1.221 italianos, 45,9% uniram-se em matrimônio entre 20-24 anos e 30,2% entre 25-29, casamentos mais tardios em relação às mulheres, porém para ambos os sexos casavam-se bem mais cedo do que na terra de origem. Os casamentos mais precoces propiciavam às jovens italianas uma vida mais fértil, evidenciando um quadro de nascimentos bastante expressivo nesse período.

BALHANA *apud* BASSANEZI (1996, p.24) estudando a fecundidade de italianos em Curitiba-PR, verificou que a idade média de casamento era de 23,8 para os homens e 20,7 para as mulheres, no período de 1909 e 1920, sendo as italianas mais jovens que aquelas que se casavam na Itália no mesmo período.

A homogamia por estado civil apresentou um percentual de 91,5% de casamentos entre solteiros para o grupo masculino e 94,6% para as mulheres. A imigração familiar pode ter influenciado devido ao grande número de crianças e pré-adolescentes que vieram e só integrariam ao mercado matrimonial anos mais tarde.

Em seu estudo, BASSANEZI (1996, p.270) observou que na década de 1890 houve um crescimento no contingente de solteiros entre os homens e um aumento no percentual de mulheres com 15 anos ou mais.

A propensão ao recasamento entre os italianos foi de um percentual de 7,3%, ocorrendo uma incidência maior entre os homens.<sup>7</sup> Dos 99 recasamentos, verificamos 75 viúvos e 38 viúvas. Isto se deve a questões sócio-culturais que oporiam ao casamento das viúvas, também ao grande índice de mortes entre mulheres em idade produtiva e reprodutiva, portanto os homens estariam mais sujeitos a enviuar-se.

Dois terços dos homens e menos da metade das mulheres eram alfabetizados. Destacamos aqui as uniões endogâmicas entre indivíduos alfabetizados e não-alfabetizados.<sup>8</sup> Das 1.130 uniões matrimoniais endogâmicas, 54,2% foram entre cônjuges com o mesmo grau de instrução, sendo 31,2 entre alfabetizados e 23% não alfabetizados. Os homens alfabetizados casados com mulheres não alfabetizadas representaram 37,6% dos casamentos endogâmicos e apenas 8,2% das uniões foram entre homens não alfabetizados com mulheres alfabetizadas. Quanto à instrução por sexo, 63,6% dos homens e 35,4% das mulheres assinaram os registros de casamentos no período. A discrepância entre o

grau de instrução para ambos os sexos era muito acentuada na época, devido às dificuldades de acesso a escola, principalmente para as mulheres.

O espaço social da nupcialidade revela uma estratégia de aliança e de reprodução social que tendem a manter-se ou reforçar o patrimônio, a sobrevivência e organização do grupo de trabalho doméstico. No caso das populações do passado, o arranjo nupcial assimilado às estratégias familiares traçava também o futuro familiar, porque era o momento de reafirmar a posição da família na sociedade, ou no próprio grupo étnico. Era a família que casava e casava-se com a família.<sup>9</sup>

Diversas questões foram encontradas nos registros de casamento e que trazem reflexões acerca da endogamia e exogamia nos grupos étnicos, as relações sociais e econômicas advindas da união nupcial, sobretudo entre famílias.

A imigração italiana em Ribeirão Preto além de influenciar na dinâmica demográfica da população local, imprimiu uma característica bastante peculiar na década de 1890 à sociedade, interferindo na música, na arquitetura, nas associações mútuas, festas, comércio e lazer. As famílias italianas juntamente com a ética do trabalho familiar possibilitaram a muitos imigrantes unirem-se a outras famílias dando início ou continuidade a diversas atividades no setor urbano e agrícola.

#### Notas

---

<sup>1</sup> Sabe-se que muitos imigrantes não passaram pela hospedaria da capital paulista, seguindo direto para seu destino. Em alguns casos registrava-se o destino das famílias, mas no decorrer do percurso seguiam para outras localidades, até mesmo para Ribeirão Preto.

<sup>2</sup> Para o ano de 1890 consultamos o Censo do Brasil. Sexo, raça, estado civil, nacionalidade, filiação, culto, analfabetismo. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, 1898. Os dados de 1902 foram extraídos do Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo Prefeito Dr. Manoel Aureliano de Gusmão, em sessão de 10 de janeiro de 1903. São Paulo: Duprat & Comp. 1903.

<sup>3</sup> Contrato para introdução de imigrantes do Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Jorge Tibiriça, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, comércio e Obras Públicas, em 04 de abril de 1893. Rio de Janeiro: Typ. G. Lenzinger & Filhos, 1893.

<sup>4</sup> Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que regulariza o serviço de introdução de imigrantes. Coleção de Leis e Decretos do Governo Provisório da República, Imprensa Nacional, 1890.

<sup>5</sup> O termo mercado matrimonial significa aqui o universo das relações matrimoniais entre imigrantes e a população em geral., evidenciando o modo como se processavam as uniões nupciais dos imigrantes em terras brasileiras.

<sup>6</sup> Para saber mais sobre a ética do trabalho e familismo ver: COLBARI, A.L. *Ética do trabalho*. São Paulo: Letras & Letras/FCAA/UFES, 1995

<sup>7</sup> O termo recasamento é utilizado para especificar o casamento de nubentes viúvos que casavam-se novamente.

<sup>8</sup> Consideramos a partir dos atestados de casamento, indivíduos alfabetizados aqueles que assinaram o registro e não alfabetizados os que apareciam a expressão: "assina a rogo do(a) nubente que não sabe ler nem escrever"

<sup>9</sup> PEREIRA, G.M. *Famílias portuenses na viragem do século*. Porto: Afrontamento, 1995. p. 217

## **Bibliografia**

BASSANEZI, M.S.C.B. Sposarsi nel Brasile: alguns aspectos da nupcialidade entre imigrantes italianos em terras paulistas. In: DE BONI, L. A.(org.) *A presença italiana no Brasil*. v.3. Porto Alegre, Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

\_\_\_\_\_. Família e imigração internacional no Brasil. *CEDHAL/USP*, n.7, 1996 (mimeo)

\_\_\_\_\_. As escolhas matrimoniais no Velho Oeste Paulista. *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, v.1, p.241-257, 1990.

\_\_\_\_\_. Família e força de trabalho no Colono: subsídios para a compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. *NEPO*, n.8, Campinas: Unicamp, 1986

BEOZZO, J. O. A família escrava e imigrante na transição do trabalho escravo para o livre. In. MARCÍLIO, M.L. (Org.) *Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993. p.29-100

CINTRA, R. A. *Italianos em Ribeirão Preto: vinda e vida de imigrante (1890-1900)*. Franca. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 2001.

CIONE, R. *Historia de Ribeirão Preto*. v.1. Ribeirão Preto: IMAG Gráfica e Editora, 1989.

COLBARI, A. L. *Ética do trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional*. São Paulo: Letras & Letras, UFESS, 1995

FAUSTO, B. (Org.) *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000

HOLLOWAY, T. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)*. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

PEREIRA, G.M. *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 1995

SEYFERTH, G. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990

SILVA, H. J. S. A nupcialidade dos imigrantes italianos em Uberaba (1892-1902). *Estudos de História*. Franca, v.3, n.1, p.133-153, 1996